

APAGAMENTOS E SILENCIAMENTOS DEMOGRÁFICOS SOBRE A POPULAÇÃO LGBTQIA+ DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO

Matteus Freitas de Oliveira[1]

Palavras-chave: ensino de geografia, políticas educacionais, censo demográfico

INTRODUÇÃO

A sala de aula está povoada pela múltipla experiência da existência humana no que se refere a classe social, raça/etnia, gênero, sexualidade, religiosidade e entre outros marcadores. Embora os corpos ocupem espaço na escola, com a sua banal experiência material de existir, são submetidos as tecnologias de governo e as estratégias de invisibilidade em detrimento do jogo do poder operados à favor dos corpos que importam (Butler, 2018).

Os mecanismos de registro, catalogação ou levantamentos de dados, como por exemplo o censo demográfico, é capaz de mensurar informações importantes para o planejamento e gerenciamento de um país, apesar dos procedimentos da metodologia da coleta e da seleção de informações serem questionados por grupos políticos organizados, como as minorais sociais. Temos a informação de qual gênero é mais expressivo em números absolutos e relativos, porém não sabemos qual a representatividade de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais entre outros - LGBTQIA+ nem no mundo e nem no Brasil. Essa ausência de informação dos gêneros e das sexualidades, para além da heterossexualidade e da masculinidade, também influenciou na seleção dos conteúdos presentes nos livros didáticos, que auxiliam, no caso do Brasil, na formação cidadã e cientifica da população em idade escolar.

No caso da experiência brasileira, a posição política-ideológica do Estado, tem redesenhado os rumos de tímidos avanços sobre o debate de gênero e sexualidades, tanto no que se refere à coleta de dados e sobretudo na inserção desde dados como formação cidadã no currículo escolar. O retrocesso do acolhimento da diversidade se processa entorno do

[1] Docente da área de Ensino de Geografia do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- IFBA, campus Salvador.

avanço de plataformas ideológicas, políticas decorrentes do movimento "Escola sem partido", no qual encontra-se articulado com movimentos conservadores de outros seguimentos da sociedade, como o Movimento Brasil Livre (MBL), em combate do que chamam de "ideologia de gênero" (Junkes e Silva, 2009; Escouto e Tonini, 2021).

A influência desse jogo de interesse transborda por entre as políticas nacionais de educação, visando controlar o que deve ser feito no âmbito escolar, o que pode ser escrito nos livros didáticos e o que pode ser dito na sala de aula, ou seja, uma alienante vigilância panóptica, como analisa Foucault (1984), que têm direcionado, e o mesmo tempo mantido, uma política heteronormatizadora para o currículo escolar, tal como foi discutido por Louro (2013).

Para compreender as dinâmicas das políticas educacionais que transpassam o currículo escolar e desembocam na seleção de conteúdos presentes no livro didático, essa pesquisa objetivo compreender as transformações curriculares ocorridas desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que entraram em vigor no ano de 1997, perpassando pelo Plano Nacional de Educação (PNE), cuja sanção se deu em 2014 e culminando nas alterações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, refletem nos livros didáticos, publicados nesses recortes temporais, às investidas ideológicas, classificado por Junqueira (2016) como movimento de cruzada antigênero.

Diante disso, esse ensaio buscou compreender como o Estado, e suas tecnologias de governo, foi capaz de produzir, e continua produzindo, estratégias de invisibilidade de corpos que subverteram as normas da matriz heterossexual ao se apoderar da escola, do currículo e do livro didático para colocar e manter em funcionamento os discursos hegemônicos. De maneira detalhada, esse ensaio objetivou, compreender como no ensino de Geografia as populações de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais entre outros - LGBTQIA+ são invisibilizadas, mesmo quando constituem os corpos presentes na escola.

Para tanto, a pesquisa foi realizada por meio de levantamento e debate bibliográfico na tentativa de construir uma reflexão acerca dos documentos principais que regulamentam a educação pública nacional para o ensino médio e como a temática da sexualidade da população LGBTQIA+ tem sido (ou não tem sido) abordada nos livros didáticos de Geografia, nas séries finais da educação básica.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A discussão de temáticas ligadas aos gêneros e as sexualidades sempre foram proteladas em virtude de resistências no sistema educacional brasileiro. Esse silêncio em forma de controle funciona como um mecanismo regulatório sobre o que pode ser dito a favor de práticas socioespaciais disciplinares. E a disciplina, conceito muito importante na leitura foucaultiana, é a chave para compreensão de como se dá a produção dos corpos dóceis.

O que queremos dizer é que os discursos docilizadores habitam as políticas educacionais, as quais são usadas para regulamentar as práticas educativas. Sendo assim, a escola não só reproduz o controle presente nos discursos, como também o cria e o impõe. Apesar da histórica resistência, dos apagamentos e silenciamentos de temáticas compreendidas como subalternas para o ensino de Geografia, o debate sobre a temática de gêneros e sexualidade, estava presente, até então, apenas nos Cadernos de Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, destinados para toda a educação básica, publicada pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC (Junkes e Silva, 2009).

Visando orientar o projeto educacional do Brasil os PCNs auxiliavam na organização dos conteúdos, além de promover um aprofundamento pedagógico direcionado aos eixos de

aprendizagem, variando conforme o nível escolar. Apesar de não ser obrigatório, daí sua concepção de parâmetros, os PCNs problematizavam temas relevantes que precisam ser apreendidos por pessoas estudantes de acordo com o nível de escolaridade em que os mesmos se encontram. A temática da diferença foi explorada em dois cadernos: um correspondente a transversalidade sobre a Pluralidade Cultural e o outro acerca da Orientação Sexual (BRASIL, 2000).

Graças a algumas tímidas aberturas promovidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 no qual previa que o ensino deveria ser ministrado com base no "pluralismo de ideias e concepções pedagógicas" ao mesmo passo "promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas" as temáticas sobre gênero, sexualidade poderiam dialogar com a reflexão sobre a diversidade (BRASIL, 2018, p.14).

As categorias de gêneros e sexualidades não foram citadas na LDB, cujo trabalho de construção educacional previa incentivar, de maneira muito generalizada, uma educação diversa, mais inclusiva e humanizada. A abordagem "cheia de dedos" da "mão invisível" do Estado, ao escolher generalizar os temas desafiadores que constituem nossa sociedade, demonstrou o quanto "o apagamento dessas temáticas [começou] pelo maior documento da educação nacional" (Escouto e Tonini, 2021, p.418 – grifos nossos).

No ano de 2004, em virtude da atuação dos movimentos sociais, o Estado, por meio de outras pastas ministeriais, lançou o programa "Brasil sem Homofobia" e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2005). Em seguida, nos anos de 2005 e 2006 a extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC desenvolveu a Formação de Profissionais da Educação Para Cidadania e Diversidade Sexual, tentando minorar a letargia de quase oito anos, pós PCNs, sem formação e capacitação sobre identidade de gênero, orientação sexual e diversidade. Em 2009, como desdobramento do Programa Brasil sem Homofobia, a Secad/MEC lançou um volume formativo sobre "Diversidade Sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas", organizado por Rogério Diniz Junqueira.

Concomitante a essa abertura de debate realizada pelo Estado, outros seguimentos contrários eclodiram durante a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2010, em que os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero foram duramente atacados, iniciando a cruzada antigênero discutida por Junqueira (2016). No ano de 2014 o MEC lançou o Plano Nacional de Educação – PNE e segundo Escouto e Tonini (2021) o conceito de diversidade permaneceu na versão final do documento, enquanto os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero foram retirados por forte pressão dos movimentos "Escola Sem Partido" e Movimento Brasil Livre (MBL).

A produção da falácia "ideologia de gênero" ganhou mais espaço e midiatização durante a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a crescente financeirização da educação pública, com a maior participação de instituições neoliberais como o Instituto Ayrton Sena, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho ditam pautas de interesse ideológico sobre as políticas educacionais. Assim, os conceitos de desigualdade, diversidade e diferença assumem a dianteira do documento, porém sua compressão é constantemente induzida a ser pensada de maneira ampla e nunca atingir as questões étnicas-raciais, gêneros, sexualidades, religiosidades entre outros que subvertam as normas da matriz heterossexual dos corpos dóceis.

As investidas de controle de informações não se restringiram as políticas educacionais, elas operaram de forma orquestrada em diversas frente políticas, dentre elas no levantamento de dados por meio do censo demográfico. Parafraseando Raffestin (1993),

o censo como inventário se constitui em um processo pelo qual se realiza um levantamento de informações sobre os recursos humanos possíveis de tabulação. A analogia diz bem sobre a atividade realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual a partir de um questionário realiza o levantamento de características importantes da população para fins de reconhecimento, planejamento e controle do Estado.

Para Carvalho e Barreto (2021, p. 4060) a invisibilidade é decorrente "de pesquisas de âmbito nacional que considerem a inclusão de variáveis capazes de quantificar e qualificar esses sujeitos". Carvalho e Barreto (2021) apresentaram cinco justificativas sobre os entraves para a coleta desses dados: 1) investigar essas questões em pesquisas domiciliares exige melhor formação de pessoas recenseadoras; 2) a população apresenta-se desconfortável para realizar a autodeclaração enquanto pessoas LGBTQIA+ com receio de sofrerem repressões por meio de ações homo/bi/transfóbicas; 3) as pessoas apresentam medo de serem rotuladas como populações de grupos de risco à saúde pública ou terem impacto negativo na qualidade da assistência; 4) existe um equívoco ou pouco entendimento dos conceitos sobre as classificações dos tipos de orientação sexual, demonstrando o quanto a população em geral não sabe diferenciar homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade, transexualidade, pansexualidade, assexualidade entre outros; 5) existe pouca compreensão sobre a diferença entre os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero.

A letargia do debate permaneceu até dois movimentos tímidos aproveitarem as fissuras politicas: 1) A primeira pesquisa de abrangência nacional que alterou essa prática foi realizada no ano de 2007, na Contagem Populacional, uma prévia do censo de 2010, em que o IBGE incluiu a variável cônjuge de mesmo sexo (Alves e Cavenaghi, 2012). 2) a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2019, incluiu uma pergunta sobre a orientação sexual para pessoas maiores de 18 anos (IBGE, 2019; Carvalho e Barreto, 2021). Sem a constelação de dados acurados e específicos, a efetivação de políticas públicas não ocorre e não promove o desdobramento do tema para o livro didático.

Callai (2011) ao discutir a importância da educação geográfica, nos impulsiona superar as ausências do livro didático para alcançar agendas de vida escondidas nos escombros da Geografia da População densamente numérica, carregadas de tabelas e quadros sobre questões econômicas e mapas de dispersão populacional, que não mergulham na complexidade das identidades em diásporas e cambiantes. E sobre o que levamos como conteúdo para sala de aula, temos sempre que estar conscientes de que o livro didático não é um produto inocente, mas resultado disciplinar das tecnologias do governo e servem para docilizar os corpos, faz-se necessário "pensar criticamente em que contexto os conceitos são criados e qual é a visibilidade que tais conceitos permitem ou escondem" (Silva, 2014, p. 101).

No estudos dos temas sobre população, conceitos como "qualidade de vida", "índice de desenvolvimento humano - IDH", "mobilidade espacial", podem ser usados para aprofundar reflexões da busca espacial da felicidade para as populações LGBTQIA+ que vivem os dilemas do sofrimento no espaço paradoxal. Esses corpos possuem espacialidades reprimidas e são geralmente atacados pelos intolerantes! Pensar na liberdade espacial de ser e estar, (existe condição geográfica mais profunda?) para pessoas LGBTQIA+ é provocar uma Geografia que problematize as questões de espaços públicos e privados de forma empática, emancipatória, democrática e humanística que minorem as lógicas heteronormativas em seus processos territorializantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos a realidade caracterizada pelas ausências e silêncios sobre as populações LBGTQIA+ de um conteúdo que analisa a dinâmica de grupos sociais. Conseguimos perceber como o controle das palavras e das coisas perpassa pelo olhar esquadrinhador, vigilante e punitivo do Estado. Esse agente, foco de nossa análise, foi capaz de permitir, o que poderia ser produzido tanto em políticas educacionais, quanto em dados censitários sobre as pessoas que destoam da matriz da heterossexualidade.

Nas entrelinhas do que capturamos sobre as tecnologias de governo, se esconde um Estado canônico, classista e heteroterrorista que influência na produção discursiva das verdades, leis, normas e símbolos sociais que adentram o espaço escolar e seu currículo. Foi possível também compreender que os censos demográficos, com suas estatísticas sofisticadas, usam a característica quantitativista para invisibilizar grupos sociais das quais suas dinâmicas populacionais são desconhecidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, José E.D.; CAVENAGHI, Suzana. Transições urbanas e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.27, n. 2, p. 91-114, jul/ago, 2012

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual/ Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL, CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação.Programa Brasil Sem Homofobia. Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde. 2005

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, G.L. (org.) O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia escolar e osconteúdos da Geografia. Anekumene, v. 1, p. 128-139, 2011.

CARVALHO, Angélita Alves; BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 4059-4064, 2021.

CARVALHO, Angélita Alves; BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 4059-4064, 2021.

ESCOUTO, Claúdia Maliszewski; TONINI, Ivaine Maria. A geografia ainda está no armário? Silêncios e naturalização no espaço escolar. Revista da ANPEGE, v. 17, p. 409, 2021.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional de saúde: 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2019

JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. "Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil". In: Revista de Didácticas Específicas, Madrid, n. 1, p. 148-166, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": uma categoria de mobilização política. In: SILVA, Maria Alves da (Org.). Gênero e Diversidade: debatendo identidades. São Paulo: Perse, 2016. p. 229-246.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013ª

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.